



Rafael Ferreira Durão

Nascido em 17Mai31 em Setúbal, segundo filho de Margarida Maria Ferreira Durão e do major Ricardo Durão; por tradição familiar, em idade escolar e tal como seus irmãos – Ricardo Fernando (nascido em 13Jun28 em Setúbal) e Roberto (nascido em 28Fev32 em Évora) –, ingressa no Colégio Militar e dali transita para a Escola do Exército, onde em 1951 conclui o curso de Cavalaria.

Em 1955, com o posto de alferes, voluntaria-se para o 1º curso de Pára-quedismo Militar, obtendo em Alcantarilla o brevet nº 11.

Em 18Jul58, na Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Lisboa), casa com Maria Luísa da Fonseca Ferreira Simões (nascida em 02Out32).

Em 1961-63 com o posto de capitão, cumpre comissão em Angola (comandante de uma das CCP do recém-constituído BCP21).

Em 06Mar64 em Lourenço Marques, já promovido a major, toma posse como comandante do recém-constituído BCP31, unidade de elite da FAP que vai ser deslocada para o norte de Moçambique, a fim de efectuar patrulhas durante nove meses junto à fronteira fluvial do Rovuma e na margem oriental do lago Niassa. Em 18Mai66 conclui a sua 2ª comissão de serviço ultramarino e regressa à Base de Tancos.

No final de 1967 segue pela 2ª vez para Angola, onde durante 2 anos com o posto de tenente-coronel exerce o comando do BCP21, pelo qual é agraciado em 1970 com uma Cruz de Guerra.

Em 1971 segue para a Guiné, onde durante 2 anos exerce em “chão manjaco” o comando do CAOP1 e, no termo da sua comissão, em Gadamael o breve comando do COP5 em 25Mai73-02Jun73, pelo qual é agraciado em 05Jun73 com uma Medalha de Valor Militar com palma.

Ao fim da manhã de 15Mar74 em Lisboa, sendo segundo-comandante do RCP-Tancos, integra o grupo de oficiais que reúne na Praça Marquês de Pombal e pouco depois almoça, no salão do Hotel Embaixador, com o então recém-exonerado vice-CEMGFA general Spínola.

Na manhã de 27Abr74, precedido por uma CCP transportada em 4 Berliet sob comando do capitão PQ José Ferreira Barroca Monteiro, desloca-se do RCP-Tancos para Coimbra e no respectivo QG assume às 12:45 o comando daquela Região Militar Centro.

Em 21Mai74 é promovido a comandante daquele RCP-Tancos. E decorridos dez dias, com a publicação do dec.230/74, é formalizada a sua nomeação para o Conselho de Estado, ao qual pertence até 30Set74.

Em 13Out74, no citado RCP-Tancos – e em simultâneo com a entrega da base aérea guineense de Bissalanca a comissários do PAIGC –, ocorre uma manobra por parte do comité local do MFA – chefiado pelo tenente-coronel Silva e Sousa, coadjuvado pelo capitão Mário Pinto e outros cinco capitães –, no intuito de afastar o epigrafado coronel Rafael Durão de comandante dos pára-quedistas.

– «Eram tidas já naquela altura por progressistas [determinadas facções das FA's], e nas quais militavam nomeadamente: o almirante [i.e, vice-almirante graduado António Alva] Rosa Coutinho, o general [i.e, coronel] Vasco [dos Santos] Gonçalves [03Mai21-11Jun05], os comandantes [capitão-tenente Carlos de] Almada Contreiras, [capitão-tenente graduado Manuel Beirão] Martins Guerreiro, [o falso médico primeiro-tenente Jorge] Ramiro [Pedroso] Correia [15Out37-16Ago77] o primeiro-tenente [Miguel] Judas [todos controleiros do PCP na 5ª Divisão], os capitães [SAM Manuel António] Duran [dos Santos] Clemente, [de artilharia] Ferreira de Sousa [ligado ao PCP], [de engenharia Vítor Manuel de Almeida] Cabral e Silva, [de engenharia] Geada, Graça e Cunha [estes dois da FAP], [de engenharia Luís] Ferreira de Macedo, [de artilharia Eduardo] Dinis [Leitão dos Santos] Almeida; e muitos outros. Estes oficiais, ligados a partidos políticos aventureiristas ou directamente conotados com interesses imperialistas-internacionalistas, tentavam manipular (e conseguiram-no inteiramente) a Assembleia do MFA, mediante processos antidemocráticos de votação que inexplicavelmente surtiam efeito – votação de braço levantado, dialéctica grandemente atentatória da mais elementar ética militar, cansativa e massacrante seguida da apresentação de moções já preparadas, nos momentos em que o cansaço era geral, etc.

- , face a uma passividade flagrantemente vergonhosa da maioria dos elementos que a ela assistiam, e da própria mesa da Assembleia. Grande parte das moções apresentadas por aqueles grupos constituíam autênticos desvios do Programa inicial do 25 de Abril de 1974 e apesar de, por vários oficiais terem sido denunciadas como gravemente lesivas dos interesses da Nação e do Povo Português, e de mesmo o atraícoarem, foram no entanto aprovadas sem dificuldade face à manipulação verdadeiramente escandalosa exercida sobre a Assembleia do MFA. São exemplos disso os casos: da unicidade sindical [planeada pela Intersindical por intermédio do conluio entre o tovarich Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas (nomeado secretário do Trabalho em 12Jul74) e o controlreiro capitão da FAP José Inácio da Costa Martins (nomeado ministro do Trabalho em 17Jul74), com diversos camaradas controlreiros do PCP nas 2ª e 5ª Divisões do EMGFA]; institucionalização do MFA [forçada desde 26Abr74 pelo respectivo comité controlreiro]; e a amplitude do Pacto político [que logo após o “afastamento” de Spínola passou a ser descaradamente “negociado” com os Partidos concorrentes às eleições.»¹
- «Apesar de ser voz corrente notícias acerca da existência de “tupamaros” e outros elementos estrangeiros ligados a grupúsculos pseudo-revolucionários portugueses (LUAR, PRP/BR, etc.) e de ser geral o repúdio pela intromissão dessas organizações estrangeiras no nosso País – até porque em reuniões já havidas, teriam mesmo comparecido diversos oficiais das Forças Armadas com conhecimento e anuência de altas entidades militares –, não fôra nunca contactado no sentido de, pela força, alterar a situação caótica e anárquica para que encaminhávos o País. Corriam notícias, meses antes do 11 de Março, indicando que através desses elementos estrangeiros, era já executada uma apertada vigilância sobre muitos oficiais e desenvolvia-se um controle verdadeiramente “pidesco” sobre os movimentos de entrada e saída de forças nos quartéis. Para além disso, dentro dos próprios quartéis estava a ser detectada uma verdadeira espionagem por parte de alguns oficiais, manipulados pelos partidos políticos, que já naquela altura se cognominavam de mais progressistas. [...] Em conversas tidas com o presidente da República [general Costa Gomes] e com o CEMFA [general graduado Mendes Dias], estes claramente me expuseram as suas preocupações acerca dos métodos pouco leais e dignos seguidos por determinadas facções do Exército, Marinha e Força Aérea.»²
- «Há algum tempo já começara, no entanto, a verificar-se na própria mesa da Assembleia uma profunda cisão, entre os oficiais do “Conselho dos Vinte” (PR, CEMFA, CEME, CEMA, general Pinho Freire, general Lopes Pires, major Melo Antunes, major Canto e Castro, capitão Vasco Lourenço e outros elementos considerados moderados), contra o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, primeiro-tenente Judas, comandante Almada Contreiras, almirante Rosa Coutinho, etc. Havia por sua vez na restante Assembleia, uma corrente de extrema-esquerda muito aguerrida e altamente corrosiva, a qual não se mostrava completamente coesa, antes parecia patente em alguns elementos a manipulação de vários partidos da esquerda e extrema-esquerda, comportando-se mais como porta-vozes desses partidos do que elementos responsáveis e idóneos para resolver os destinos da revolução. Faziam-se apelos sucessivos à união das Forças Armadas, mas na prática minava-se a própria disciplina das Forças Armadas.»³
- «Já há cerca de uma semana [antes de 28Fev75] estávamos organizando [com grande parte dos operacionais retirados da Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique] um Batalhão de Caçadores Pára-quedistas, cujo comando era daquele oficial [major pára-quedista Joaquim Mira Mensurado], com base num estudo de reestruturação das Tropas Pára-quedistas que estava sendo elaborado há mais de um mês, por uma comissão de estudo e reorganização presidida por mim próprio. [...] O próprio presidente da República, perante o CEMFA [general graduado Mendes Dias], já me solicitara e a muitos oficiais com comando de tropas [operacionais, nomeadamente os pára-quedistas], relativamente pouco tempo antes de Março de 1975, que nos organizássemos. [...] Esta entrevista com o presidente da República, fôra por mim pedida para lhe expôr o meu ponto de vista em relação a vários problemas já discutidos e em discussão nas AMFA's [Assembleias do MFA], que não nos agradavam pelas repercussões políticas e disciplinares, ostensivamente ameaçadoras da unidade e da coesão das Forças Armadas. Foi no decorrer deste encontro que o presidente da República, apoiando as nossas sugestões [na qualidade de comandante do RCP-Tancos], nos pedira toda a nossa ajuda.»⁴
- «De fonte fidedigna nacional e estrangeira, ter-se-ia marcado para a noite de 12/13 de Março a liquidação física de civis e oficiais do Exército, Marinha e Força Aérea considerados mais moderados, constantes de uma lista elaborada em reunião havida entre elementos estrangeiros “tupamaros, montoneros”, revolucionários espanhóis [bascos da ETA], etc., e oficiais ligados ao PC e extrema-esquerda. [...] Dessa reunião teria resultado a execução de uma lista de oficiais a liquidar. [...] Dessa lista constariam entre outros, os nomes dos generais Spínola e Costa Gomes. Aliás, deveria já ter terminado uma reunião na noite da véspera, na qual teriam tomado parte os capitães Sousa e Castro, Branco Evaristo (da PSP) e outros oficiais, conforme me foi confirmado posteriormente [pelo capitão de engenharia Manuel José Fernandes, colocado na AM e um dos oficiais nomeado dias depois para a “Comissão de Inquérito do 11 de Março”]. [...] O “coito” de alguns desses elementos estranhos ao País se encontrava no RAL1 (actualmente RALIS). A operação a desencadear por esses grupos tinha o nome de “matança da Páscoa” e muitos dos oficiais e civis ameaçados vieram [na noite de 10] refugiarem-se em Tancos, dado que se iria desenvolver uma contra-ofensiva nacional com a finalidade de neutralizar a acção do RAL1 (comprometido com a operação da “matança da Páscoa”), pondo fim à conturbação e indisciplina de algumas unidades das Forças Armadas e à tentativa de golpe de Estado a desencadear pelo PC e extrema-esquerda. Esta operação [de antecipação] teria assim a concordância do próprio PR [provisório e CEMGFA general Costa Gomes] e da maioria dos elementos do Conselho dos Vinte, pois como era do conhecimento geral, o general Costa Gomes teria do antecedente contactos bastante estreitos com o general Spínola. Aliás, pretendia-se apenas afastar, depois do êxito daquela acção militar, alguns elementos desse Conselho que comprometiam a acção das Forças Armadas no cumprimento integral do Programa de 25 de Abril de 1974, continuando o general Costa Gomes na presidência da República e ficando o major Melo Antunes como primeiro-ministro (palavras proferidas pelo próprio general Spínola [em Tancos ao fim da noite de 10], perante o general Tavares Monteiro entre outros), respeitando-se a realização das eleições para a Assembleia Constituinte.»⁵

Na sequência da intervenção de tropas pára-quedistas em Sacavém, ao fim da tarde de 11Mar75 apresenta-se no comando da FAP em Monsanto e fica detido, vindo a constituir Daniel Proença de Carvalho seu advogado para o *Processo do 11 de Março*.

- «Disse então [no gabinete do comando do RCP] ao segundo-comandante [tenente-coronel pára-quedista Sílvio Jorge Rendeiro de Araújo e Sá], para reunir todos os oficiais e sargentos na biblioteca. [...] Reuni-me na biblioteca com todos os oficiais e sargentos da unidade, aos quais expliquei o ocorrido. Durante esta reunião recebi um telefonema da BA3, informando-me que deveria estar a chegar um helicóptero àquela base para nos transportar (a mim e ao coronel Moura dos Santos) a Monsanto. Continuei a reunião e despedi-me de todos. No automóvel do comando desloquei-me à BA3 onde me despedi da minha mulher, embarcando no helicóptero para Monsanto às 17:15.»⁶
- «Depois o Rafael Durão telefonou para Lisboa pedindo um oficial mais antigo para o prender, fazendo eu o mesmo. Assim aconteceu, tendo eu e ele sido detidos ainda nessa tarde: fui preso como já referi [pelo major comando Pinho Bandeira] e o Durão por um coronel mais antigo que ele. Os outros tipos ficaram por lá a fazer as assembleias do costume, convencidos de que não lhes ia acontecer nada; mas na noite seguinte também foram presos.»⁷

Em 20Dez75, o semanário Expresso publica uma carta subscrita pelo epigrafado, da qual se extraem as seguintes perplexidades:

- «Porquê a diferença de tratamento, entre os que foram presos no '11 de Março' e no '25 de Novembro'? Porquê o realce que alguns órgãos de informação já vão dando a todas as pressões que os familiares dos militares agora presos, fazem no sentido de serem soltos já? Porquê o espanto em relação à incomunicabilidade de alguns que estão a ser ouvidos pelo '25 de Novembro', quando ninguém se referiu, na altura, à incomunicabilidade sofrida por alguns do '11 de Março', que chegou aos 90 dias, sujeitos até a interrogatórios em que nem sempre a sua dignidade foi respeitada? Sobre o '28 de Setembro', que se apurou afinal de concreto àcerca daqueles que continuam presos? Por que só agora o CR resolveu acabar [em 23Dez75] com o malfadado Supremo Tribunal Revolucionário, que ele próprio criou após o '11 de Março' para os outros? Não haverá fortes razões para Otelo ser também interrogado?»

Decorridos 3 dias, é finalmente libertado dos calabouços de Caxias.

Conclui a sua carreira militar, com a patente de brigadeiro.

Após prolongada doença, morre às 14:00 de 29 de Dezembro de 2008, tendo sido o funeral realizado dois dias depois, da Basílica da Estrela para o cemitério dos Olivais.

¹ (cf Rafael Durão, in "11 de Março": excertos do seu depoimento prestado em Maio de 1976); ² (idem, ibidem); ³ (idem, ibidem); ⁴ (idem, ibidem); ⁵ (idem, ibidem); ⁶ (idem, ibidem); ⁷ (António Joaquim Ramos (05Out42-05Ago97), tenente-coronel pára-quedista: excerto de entrevista, concedida em 26Set96 ao coronel de infantaria Manuel Amaro Bernardo)